



70 MILHÕES DE BRASILEIROS SERÃO PREJUDICADOS COM DESMONTE DO INCRA E DAS POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

**AUDIÊNCIA PÚBLICA NO SENADO FEDERAL
OUTUBRO-2017**



70 MILHÕES DE BRASILEIROS SERÃO PREJUDICADOS

Toda a população rural brasileira – que pode chegar a 70 milhões de pessoas –, deverá ser afetada direta ou indiretamente pela equivocada decisão da Presidência da República fazer desmonte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e das políticas de valorização da agricultura familiar, como vem ocorrendo no momento, com a retirada de recursos e direcionamento das atividades para a titulação de terras e não seu desenvolvimento.



PORQUÊ 70 MILHÕES DE BRASILEIROS?

Apesar de pesquisa do IBGE em 2010 ter apontado que apenas 16% (ou 33 milhões de pessoas) dos brasileiros vivem em áreas rurais o conceito do que é área rural é contestada. Exemplo disso é que em 2015 pesquisa feita em entre o então Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, o Ministério do Planejamento e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), apontou que 36% (ou pouco mais de 70 milhões de pessoas) da população é rural, pois vivem em municípios com menos de 5 mil habitantes. O estilo de vida dessas pessoas que moram em povoados e municípios pequenos é mais ligado à natureza, as relações sociais são diferentes das urbanas e todo seu cotidiano tem configuração rural.



PRODUÇÃO DE COMIDA

O desmonte do Incra e das políticas de valorização da agricultura familiar reduz enormemente a atuação do Estado em tais povoados e municípios pequenos, faltando recursos para crédito e assistência técnica, por exemplo, o que vai diminuir a atividade agrícola e impactando na produção de alimento para todo o país. Isso, porque Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros - segundo o próprio Governo Federal.

Governo do Brasil

Perguntas frequentes

VOCE ESTÁ AQUI: [PÁGINA INICIAL](#) > [ECONOMIA E EMPREGO](#) > [2015](#) > [07](#) > [AGRICULTURA FAMILIAR PRODUZ 70% DOS ALIMENTOS CONSUMIDOS POR](#)

[Últimas notícias](#)
[Planalto](#)
[BrazilGovNews](#)
[Dados Abertos](#)

ASSUNTOS

[Cidadania e
Justiça](#)
[Ciência e
Tecnologia](#)
[Cultura](#)

ECONOMIA E EMPREGO

Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro

[Dia da agricultura familiar](#)

Pequeno agricultor celebra Dia da Agricultura Familiar e consolida papel na produção para o mercado interno; crédito para Pronaf em 2015 terá investimento recorde de R\$ 28,9 bilhões

por Portal Brasil

Curtir 11 mil



QUAL IMPORTÂNCIA DO INCRA?

São atendidos diretamente pelo Incra cerca de 10 milhões de brasileiros - entre acampados, assentados, quilombolas, ribeirinhos, moradores de Reservas Extrativistas e comunidades tradicionais. Se for levado em consideração o outro público atendido pelo Incra, que são os proprietários rurais, outros milhões de brasileiros podem ser adicionados aos beneficiários do órgão. Isso, porque há no Brasil cerca de 5,7 milhões de imóveis rurais particulares com registro no Cadastro de Terras - gerenciado pelo Incra.



EDUCAÇÃO RURAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Como exemplo de prejuízos para o Brasil pelo desmonte do Incra se pode citar o Pronera - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária -, que já levou Educação de Jovens e Adultos (EJA) a 167,6 mil alunos; outros nove mil concluíram Ensino Médio pelo Programa; viabilizou curso superior a 5,3 mil pessoas; além de pós-graduação a 3,3 mil beneficiários da reforma agrária. Na assistência técnica, somente em 2015, os serviços beneficiaram 363.947 famílias, providenciando ações de apoio à produção em 4,6 mil assentamentos, sendo que, deste público, 45% são mulheres agricultoras. Na época, o investimento total foi de R\$ 294,6 milhões nesta política pública estratégica e estruturante que leva o saber técnico para aprimorar a produção das famílias assentadas e produzir alimentos de qualidade para a população brasileira.



COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Desde 2003 o Incra é responsável pela regularização de territórios de comunidades quilombolas. Atualmente existem no Brasil 2.648 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, (das quais 1.536 tem processos abertos no Incra), o que representa cerca de 400 mil famílias ou aproximadamente dois milhões e meio de pessoas. Os avanços da Política de Regularização de Territórios Quilombolas nos últimos anos permitiu que o Governo Federal e os estaduais emitissem 210 títulos, regularizando mais de um milhão de hectares em benefício de 151 territórios, 241 comunidades e 16.009 famílias quilombolas.



IMPORTÂNCIA X DIFICULDADES

Entre 1970 (quando foi criado) e 1985, o Incra foi instrumento para realizar uma “Política de Estado”, de incentivos à ocupação da Amazônia e Centro-Oeste. Entre 1985 e 2017, além das ações rotineiras de ordenamento, fiscalização e acompanhamento cadastral, sua atuação territorial do Incra foi acrescida em 33 vezes – saltando de 61 para mais de 2000 municípios. Ao mesmo tempo, o quantitativo de Projetos de Assentamento aumentou em 135 vezes – saindo de 67 para 9.369 unidades, cuja área total passou de 9,8 milhões de hectares para pouco mais de 88,4 milhões de hectares – representando um incremento de nove vezes. Já o número de famílias assentadas passou de 117 mil para aproximadamente um milhão, ou quatro milhões de pessoas – encerrando, assim, um verdadeiro paradoxo entre um crescimento vertiginoso de serviços e uma redução drástica de meios para atendê-los de forma eficiente.



SERVIDORES

O Incra, entre o segundo semestre de 1985 (quando em 10 de outubro daquele ano foi publicado o Decreto Nº 91.766/85 com o I PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária) e 2017, teve o seu quadro de pessoal severamente reduzido de 9 mil para cerca de 4,5 mil servidores - uma subtração de 50 por cento na sua força de trabalho. Atualmente cerca de de 45% do quadro (ou duas mil pessoas) já reúnem condições para se aposentar e certamente irão deixar o serviço público, para se proteger contra os ataques do atual governo aos direitos.





Reginaldo Marcos Félix de Aguiar

Diretor de Administração e Finanças da CNASI-AN

(Associação Nacional dos Servidores Públicos Federais Agrários)

reginaldoaguiar@hotmail.com

(61) 99301-0521